GRUPO EDUCACIONAL FAVENI

ALINE MARIA DE LIMA CARDOSO

O PAPEL DO PROFESSOR E SUA IMPORTÂNCIA NA INCLUSÃO ESCOLAR

SÃO JOSE DOS CAMPOS-SP 2019

GRUPO EDUCACIONAL FAVENI

ALINE MARIA DE LIMA CARDOSO

O PAPEL DO PROFESSOR E SUA IMPORTÂNCIA NA INCLUSÃO ESCOLAR

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista no curso de Pós graduação em Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Deficiência Intelectual e Múltipla, na FAVENI – Faculdade de venda nova do imigrante.

SÃO JOSE DOS CAMPOS-SP 2019

O PAPEL DO PROFESSOR E SUA IMPORTÂNCIA NA INCLUSÃO ESCOLAR

RESUMO: Este artigo surge da necessidade de assegurar ao docente uma reflexão sobre seu papel na construção da educação inclusiva, buscando esclarecer o ponto de partida para se trabalhar com a inclusão, exibindo mudanças em sua docência e investigando como o planejamento e a adequação de um currículo que visa contribuir para o processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência física e/ou intelectual. A metodologia abordada é a realização de uma pesquisa por meio de um referencial bibliográfico, que permita consultar a autores que já possuem uma discussão neste campo, bem como a registros documentais. Portanto, conclui-se por meio do estudo que um planejamento e adaptação do currículo, o aluno da educação especial inserida e bem assistida em sala de aula regular, compreende e assimila os conteúdos, constrói conhecimentos, avança em seu aprendizado, se desenvolve integralmente, de forma a estabelecer relações sociais dentro e fora da sala de aula.

Palavras-chave: Inclusão. Professor. Aluno. Aprendizagem. Rotina.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo surge da real necessidade de oportunizar ao professor uma reflexão, de que sua dimensão no processo de ensino aprendizagem do aluno incluso é fundamental para o sucesso dos mesmos. E que se faz necessário, ter um olhar diferente para sua sala de aula, suscitando uma inovação de seu planejamento e adaptação de currículo, refletindo sobre a prática e ao mesmo tempo oferecendo ao aluno incluso um ensino de qualidade.

Com base nos pensadores e artigos, será feita uma breve analise, nas ações que são realizadas na inclusão que ocorre de maneira simples e sem complicações, pois as coisas não precisam ser complicadas, basta ter um olhar crítico e não de juízo para pensar como resolver os problemas da inclusão, as políticas públicas, as leis que permeiam a situação do aluno no processo de inclusão nas escolas regulares

Verificar os alunos inclusos em sala de aula e sua aprendizagem, ressalta a importância de uma verdadeira reflexão e de um olhar diferente do tradicional, do ensino tradicional, no qual o professor fornece a todos seus alunos a mesma oportunidades dos demais, partindo do pressuposto que este aluno tem a capacidade de avançar no processo de ensino aprendizagem.

A sala de aula é um local de interação, onde se promove a prática de conhecimento e aprendizagem, independente das circunstancias adversas, sendo assim, faz pensar sobre qual a preparação da didática do docente, se está ambicionado aplicadamente nas aulas, se está adaptando o currículo, se está buscando formações e normas que visam o avanço dos alunos inclusos, entre outras.

O presente trabalho apresenta um resgate do direito do aluno PNEE à sala de aula, protegido pela Lei, bem como, abrangendo a importância do professor na inovação de seu planejamento e na adequação de currículo, para que assim, possibilite ao aluno incluso uma educação de qualidade para que ele melhore dentro de suas possibilidades, aprendendo ao seu ritmo, de forma ética e igualitária aos demais, objetivando o sucesso da aprendizagem.

A educação escolar é mais que um seguimento para a promoção da aprendizagem, ela viabiliza também a convivência humana; na busca de conhecimento para dúvidas e conflitos, oportunizando uma visão crítica do mundo ao qual pertence.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo dessa monográfica é procurar examinar as mais diversas informações sobre a educação especial, pesquisando por meio de pesquisas bibliográficas e filósofos, fazendo uma pequena reflexão sobre o assunto.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ➤ Identificar quais métodos é usado pela escola para a inclusão.
- Conteúdo escolar,
- > Avaliar o desempenho de alunos sendo alfabetizados,
- > Professor e aluno.

2.2.1 JUSTIFICAVA

Justifica-se a importância desse trabalho na busca de esclarecer, de modo geral como a educação inclusiva está se inserindo na unidade escolar e quais as estratégias diversificadas devem estar atuante nos planos de desenvolvimento das mesmas. Tal diversificação se apresenta ainda mais viável quando se está no campo dos alunos com necessidades especiais, pois diversos são os elementos que atrapalham acesso e permanência desta clientela no sistema de ensino regular.

2.2.2 PROBLEMA

No entanto, discutir a educação inclusiva implica refletir sobre as políticas públicas educacionais, sobre os modelos construídos para abordarem o fenômeno educativo e sobre as dificuldades e obstáculos que a instituição escolar deve transpor para que, de fato, venha a ser uma escola para todos, no qual predomina nossa problemática de qual maneira esse processo está sendo feito.

3. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR

3.1 UM DIREITO GARANTIDO POR LEI

Na história da Educação, ainda é novo se fundamentar no processo, todavia, este direito é garantido por lei. No ano de 1994, na Espanha o documento Declaração de Salamanca, que teve como princípio fornecer a diretrizes básicas para a formulação e reformas de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

A educação especial é definida como uma modalidade da educação escolar, concedida de preferência na rede pública de ensino conseguindo também ser obtida em escolares particulares, adequada a interação dos alunos e sua aprendizagem de acordo com a necessidade, pois os alunos podem ter tipos e níveis de deficiência sendo, podendo ser múltipla, física, mental e sensorial.

Aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. (BRASIL, 2008).

A Educação Especial é uma área, que visa desenvolver o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência, desde a Educação Infantil até a educação Superior. Em 1999, a declaração de Guatemala liquida formas de discriminação, embasada nos princípios dos

direitos humanos e da cidadania, que visa eliminar a discriminação e a exclusão, garantindo o direito de igualdade.

A unidade escolar deve sempre ter um olhar para o aluno como sujeito social, em continuo progresso respeitando as diversidades, diferenças. Criando um currículo pleno, rico, cheio de conteúdos e habilidades, sendo alcançada para todos os alunos, no processo de ensino e aprendizagem incluindo alunos da educação especial. Contribuindo com aulas adaptadas quando necessário de fato atenda suas reais necessidades. A aprendizagem deve decorrer da organização de suportes e apoio para superar as possíveis limitações.

De acordo com a Constituição Brasileira:

As crianças da educação especial não precisariam e não deveriam estar de fora do ensino infantil e fundamental das instituições de ensino regular, frequentando classes e escolas especiais. Deve ser garantido a todos o direito de acesso aos níveis mais elevação do ensino, da pesquisa, e da criação artística, de acordo com a capacidade de cada um. (Constituição de 1988).

A instituição escolar tem a obrigação de desenvolver, a partir da legislação leis que vinculam a educação, propostas adequadas que sejam capazes de contemplar o ensino para os alunos da educação especial de maneira que consigam acompanhar o ensino comum, sem qualquer distinção dos outros disponibilizando currículo, metodologias, conteúdos. Compreendendo a incorporar a linguagem virtual da Internet, assim como as tecnologia de maneira inovadora como fonte de pesquisa e recursos para esse trabalho, tornando-a um instrumento que poderá subsidiar para uma maior vinculação entre os modos de ensino e as culturas que se apresentam também fora do âmbito escolar.

Buscando uma educação equalizadora que significa:

Igualdade e a desigualdade continuam a ter relação imediata ou mediata com o trabalho. Mas seja para o trabalho, seja para a multiformidade de inserções sócio – político – culturais, aqueles que se virem privados do saber básico, dos conhecimentos aplicados e das atualizações requeridas, podem se ver excluídos das antigas e novas oportunidades do mercado de trabalho e vulneráveis a novas formas de desigualdades. Se as múltiplas modalidades de trabalho informal, o subemprego, o desemprego estrutural, as mudanças no processo de

produção e o aumento do setor de serviços geram uma grande instabilidade e insegurança para todos os que estão na vida ativa e quanto mais para os que se veem desprovidos de bens tão básicos, como a escrita e a leitura." (Parecer nº 11/2000-CEB/CNE.).

A Educação Especial é uma modalidade da educação, que se abrange ao atendimento das pessoas com deficiência, de preferência em escolas regulares, ou em ambientes especializados tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual.

O sistema regular de ensino precisa ser adaptado e pedagogicamente modificado para atender de forma inclusiva. O termo "educação especial" denomina tanto uma área de conhecimento quanto um campo de atuação profissional. A escola tem seu papel principal, ao manter um ambiente alfabetizador, é um espaço de transformação, transmissão de conhecimento, formando aluno críticos preparando para a vida e o mercado de trabalho.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber:

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino:

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO º 9.394/96).

A LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, nº 9.394/96 dispõe de 92 artigos, trabalha com nove títulos, cinco capítulos e cinco seções, os quais objetivam trazendo os preceitos para as etapas e modalidades. Destaca-se o Título V tange-se à Educação Especial, no qual procura-se destacar as políticas educacionais, que enfatizam a inclusão de alunos com necessidades especiais nas classes comuns de ensino regular. As propostas destinadas aos conteúdo da aprendizagem assegura o método que o docente pode usar dentro da sala de aula, com um perfil flexível, que a abordagem do conteúdo seja feita de diversas maneiras, de múltiplas formas nos exercícios educacionais.

3.2 ALUNO INCLUSO X UM OLHAR DIFERENCIADO DO PROFESSOR

A inclusão não é a apenas colocar o aluno na sala de aula e sim criar um ambiente agradável e favorável para o seu conhecimento, na consistência de um bom planejamento por parte do docente, para que todos igualmente têm o acesso e o sucesso no currículo, sendo melhorados e se tornando membros totais da comunidade escolar, e ir além dos "muros escolares", sendo cidadãos atuantes na sociedade.

O professor é um mediador de mudanças, e na docência é fundamental ter um olhar diferenciado para com toda a sala de aula, no que diz respeito a inclusão principalmente. Sendo este personagem principal desse processo de ensino e aprendizagem, o professor precisa ter um olhar diferenciado, precisa mudar de expressão, não rotular a crianças, não subestimar e tratar com ética e amor, para que todos desfrutem de uma boa aprendizagem.

A organização é o principal ajuda para o professor sendo nela que os objetivos são conectados às estratégias, ou seja, é por meio dele que as aprendizagem é apropriada às reais necessidades dos alunos. Mas não significa que o professor deve seguir à risca, ela pode ser alterado conforme a necessidade do aluno.

É preciso partir do pressuposto que o aluno é apto a procurar ir além de seus laudos e ensinar o aluno para que ele seja capaz de aprender ao seu ritmo, o professor deve ser assim o diferencial na vida escolar do aluno com deficiências intelectuais e físicas.

Os 4 pilares da educação são:

- ✓ Aprender a conhecer,
- ✓ Aprender a fazer,
- ✓ Aprender a conviver
- ✓ Aprender a ser;

São itens básicos para a participação do conhecimento e da comunicação estabelecida à sociedade; ressalta que todos estes pilares são consideráveis no processo da inclusão, mas o aprender a conviver, no qual mostra um destaque maior, pois é neste pilar que o professor junto com a sala heterogênea precisa trabalhar arduamente.

É neste pilar que a humanidade obtém o progresso; é preciso de ambas as partes, descobrir que o outro é diferente e saber compreender essas diversidades; visto que com este trabalho, os alunos vão aceitando as diferenças individuais melhorando a vida social.

Neste contexto, o professor deve oferecer recursos para o aprender, precisa aceitar que o problema muitas vezes está na organização e não no educando; em conformidade disso, relata que a qualidade do professor interfere no rendimento do educando. Ensinar na prática e no ponto de vista da inclusão tem significado para expressar o papel do professor da unidade escolar e das práticas pedagógica e isso demanda trabalho e planejamento.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, consubstanciada na Resolução CNE/CP nº. 02/2001 enfatiza: a importância da avaliação do processo de ensino e aprendizagem para a identificação das necessidades educacionais especiais.

O professor é o intermediário do processo de ensino e aprendizagem, é ele que traz circunstâncias para incentivar o desenvolvimento e o potencial de cada aluno para a aprendizagem de novos conhecimentos e habilidades, sendo assim, é de suma relevância a flexibilidade no planejamento do ensino para que o procedimento da inclusão aconteça.

É preciso ponderar e repensar e trazer para sala de aula uma proposta de trabalho, não criando um obstáculo e desculpas para não inclusão, é necessário ter esta sensibilidade e este olhar sobre o diferente, tendo um currículo flexível aos alunos com deficiências físicas e intelectuais.

O professor deve ajuda o aluno a ser mais independente possível, possibilitando que se torne útil e participante em meio social:

- ✓ Estimulando a responsabilidade na execução das tarefas,
- ✓ Proporcionando meios que ajudem a adaptação e socialização no ambiente ao qual pertencem.
- ✓ Prepara aula adaptadas para esses alunos, sempre que possível atividade que eles possam usa-las no dia a dia como:
- ✓ Mostrar ao educando como se acende a luz, estimulando-o a imitar sua ação.
- Se não for capaz de executar a tarefa, colocar a mão do educando sobre o interruptor fazendo-o apertar o mesmo. Quando já for capaz de executar a tarefa, retirar a ajuda e dar apenas ordem verbal. Usar o mesmo processo para a atividade de apagar a luz
- ✓ Mostrar ao aluno como se coloca no cesto de lixo pedaço de papel espalhado pela sala. Solicitar-lhe que ajude a professora. Se não for capaz de executar a ação, dar-lhe ajuda física apoiando sua mão e fazendo-o pegar o papel e colocálo dentro do cesto.

A educação organizada e sistematizada é a situação para o desenvolvimento de todos os alunos, inclusive as competências especiais; conforme a Política Nacional de Educação Especial (MEC), o docente deve se trabalhar com atividades diversificadas para o aluno, ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular, em valor aos fatos citados está a importância de se flexibilizar a rotina, o currículo e os conteúdos.

De acordo com Mantoan (2006), p. 49:

Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem de fato a educação acontecer. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais. (Mantoan.2006, p. 49).

Portanto, é inevitável mudar a estrutura da unidade escolar e, mais exatamente o ensino nela aplicado de modo direto; sobressai a importância de um trabalho adequado do professor que é um diferencial para que assim todos aprendam sem distinção e tenham sucesso. Destacando que a inclusão não é apenas colocar alunos com deficiência dentro das unidades escolares e achar que isso é o suficiente, o que muito se averigua hoje, no processo de inclusão é a desorientação que se faz entre os termos integração e inclusão.

O êxito da aprendizagem está em sondar os talentos, determinar as possibilidades, desenvolver as orientações naturais de cada aluno; ensinar sem distinção de diferença mas atento a diferença do alunos, mas sem identificar o ensino para cada um, depende, entre outras coisas, de se deixar de lado o caráter transmissivo, o ensino realizado hoje e de se admitir uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora, que se confronta a toda a qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.

A aprendizagem tem um papel fundamental para o desenvolvimento do conhecimento. Todo e qualquer processo de aprendizagem é ensino-aprendizagem, esta conexão entre desenvolvimento e aprendizagem através da zona de desenvolvimento proximal (distância entre os níveis de desenvolvimento potencial e nível de desenvolvimento real), um espaço dinâmico entre os problemas que uma criança pode resolver sozinha (nível de desenvolvimento real) e os que deverá resolver com a ajuda de outro sujeito mais capaz no momento, para em seguida, chegar dominá-los por si mesma (nível de desenvolvimento potencial) capaz no momento, para em seguida, chegar a dominá-los por si mesma (nível de desenvolvimento potencial).

O currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e prioriza a sua operacionalização, auxiliando nas atividades educativas, a formas de executá-las e decidindo suas finalidades. Assim, pode ser visto como um guia sugerido sobre o que, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar.

O processo de inclusão tem uma amplitude que vai além da inserção de alunos considerados especiais na classe regular, e de adaptações pontuais na estrutura curricular. Inclusão implica em um envolvimento de toda a escola e de seus gestores, um redimensionamento de seu projeto político pedagógico, e, sobretudo, do compromisso político de uma reestruturação das prioridades do sistema escolar (municipal, estadual, federal ou privado) do qual a escola faz parte, para que ela tenha as condições materiais e humanas necessárias para empreender essa transformação (BRASIL, 2001).

A avaliação deve ser feita de acordo com as capacidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas potencialidades, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

O professor ao contribuir para do projeto, currículo e avaliação, abre a oportunidade de exercitar um ensino democrático, necessário para garantir acesso e permanência dos alunos na escola e assegurar uma inclusão de qualidade, considerando as diferenças dos alunos em sala de aula.

3.3 FLEXIBILIZAR A ROTINA PARA O BOM APRENDIZADO DO ALUNO PNEE

O ambiente cooperativo e absorto de discriminações no que apoia o aluno para seu desenvolvimento na autonomia moral, e esse ambiente deve ser conservado na escola, desse início que deve partir o princípio que se ensina mais pelo exemplo vivido; a priorizando sempre que o aluno tenha um aprendizado significativo como qualquer outro aluno, e o que ocorre de fato é o aluno frequentar a escola regular obtendo Igualdade de oportunidades não é o mesmo que oportunidades iguais.

Nas palavras de TARDIF (2011):

A docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria Inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores. É um trabalho flexível, sujeito a muitas variáveis. (TARDIF 2011, p.17)

Para isso, o professor precisa de uma boa margem de trabalho tanto para analisar quanto como para efetivar sua tarefa utilizando se de técnicas pedagógicas, ensinar é um trabalho emocional, que demanda uma boa percepção; é uma profissão difícil; mas ensinar é a mais bela profissão do mundo, todos aqueles que a realizam podem confirmar.

O professor deve inserir e adaptar o conteúdo aos poucos, levando o aluno a desenvolver sua capacidade para garantir a condução e a efetivação de sua aprendizagem. Dependendo da doença o professor pode contar com a ajudar de um profissional dentro da sala de aula para ajudá-lo com esse aluno da educação especial

O papel da docência como sendo um trabalho onde o trabalhador se atribui a um objetivo, e um "objeto" de trabalho, que é justamente um outro ser humano, portanto o conhecimento só realiza quando tem interação, o professor certamente precisará se auto avaliar, se sua metodologia pedagógica está sendo produtiva e se contribui com o sucesso do aluno incluso.

Claro hoje na sociedade temos diferentes casos de deficiência e cada aluno vai requerer diferentes estratégias pedagógicas, que lhes possibilitem o acesso ela, ao conhecimento socialmente construído e à vida produtiva, condições essenciais para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que, para os profissionais da educação é fundamental ter uma visão ampla sobre a metodologia pedagógica e sua execução dos conteúdos e estratégias a serão realizadas dentro da sala de aula; englobando os potenciais e os métodos proporcionados por ele sobretudo, uma apreensão sensível às maneiras de aprendizado do dos alunos com deficiência visual.

Para o êxito da aprendizagem dos alunos inclusos, é necessário fazer com que os conteúdos tornam- se adaptados, começando sempre do ponto que ela é apta para aprender com total autonomia independente da deficiência física ou intelectual que traz de bagagem; o papel do docente é de grande relevância

para que este processo aconteça, e esta postura e comprometimento vai além dos muros escolares.

É essencial ensinar pensando que este aluno terá um futuro favorável, no qual a sociedade abrirá no futuro as portas para o emprego, demais atividades, entre outras oportunidades.

Em seguida está a condescendência da rotina, pensando corretamente nas condições de cada aluno numa sala de aula, destaco a importância da ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal), na qual o professor será o mediador, agindo para que cada aluno avance neste processo de ensino aprendizagem.

Independente dos desafios que o professor encontrar em todo o seu caminho, é primordial acompanhar sistematicamente o avanço, valendo-se de uma avaliação contínua, que terá como princípio conhecer o ponto de partida para o ponto de chegada no processo do conhecimento deste aluno incluso.

Ao término desse estudo conclui-se que o professor é o personagem principal deste processo de inclusão em sala de aula regular; visto que, ele necessita ir além dos laudos de seus alunos, tornando menos rígida a rotina, assegurando assim, que a inclusão aconteça e que todos em discriminação e exclusão aprendam e avancem dentro de seus limites e possibilidades

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 4ª ed. Tradução de: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/ SEF/ SEESP, 1999

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9.394/1996).

BRASIL/CNE. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2014.

BIANCHETI, Lucidio; Freire, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença.** 9. Ed. Campinas: Papirus, 2008.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; Guimarães Marly. **Educação inclusiva.** Dp&A. 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar eis a questão: explicando o déficit intelectua**l. Rio de Janeiro: WVA editora,1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar: eis a questão - explicando o déficit intelectual.** Rio de Janeiro: WVA, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo, Moderna, 2006.

RODRIGUES, DAVID. Apud MORIN, Edgar. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da leitura na escola: Pesquisas x Propostas**. 2. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

TARDIF, Maurice; Lessard, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Ed. Vozes. 8ª ed. São Paulo. 2011.